

## Programa tentará preservar 10% das florestas tropicais no País

PAULO SOTERO  
Correspondente

**W**ASHINGTON – Uma iniciativa para proteger pelo menos 10% das florestas tropicais, anunciada há três anos pelo governo federal, começou finalmente a sair do papel, ontem, com a aprovação de uma doação inicial de US\$ 30 milhões do Programa Ambiental Global (GEF), do Banco Mundial. Denominado Arpa – sigla em inglês de Áreas Protegidas da Região Amazônica –, o projeto tem como objetivo acrescentar 25 milhões de hectares aos 12 milhões já protegidos. O custo total está orçado em US\$ 270 milhões ao longo de dez anos.

Nessa primeira fase, o governo aportará contrapartida de US\$ 18 milhões ao projeto e a organização não-governamental World Wildlife Fund, que participa desde o início, contribuirá com US\$ 5 milhões. Outros US\$ 15 milhões virão do Programa Piloto do Grupo dos Sete para a Amazônia, criado no início dos anos 90, durante a reunião dos líderes das potências industrializadas, em Houston.

A secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti, que participou da 15.ª Reunião do Conselho do GEF, em Washington, informou ontem que a identificação das novas áreas protegidas será feita com base em critérios definidos durante um encontro em Macapá, no ano passado.

Empresas mineradoras e madeireiras não poderão operar nas áreas protegidas. A caça, a pesca e o cultivo agrícola será permitido em bases limitadas e reservadas apenas

às populações indígenas.

“Além de confirmar o compromisso do Brasil com a proteção e o uso sustentável da biodiversidade, nos termos da Convenção da Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário, o projeto Arpa vai permitir o ordenamento territorial da Amazônia, definindo as áreas que devem ficar sob proteção estrita, as que podem ser utilizadas para manejo sustentável e aquelas que devem combinar diferentes níveis de proteção”, afirmou Allegretti, que vem do movimento ambiental e foi uma das responsáveis pela tomada de consciência sobre a importância da proteção racional da Amazônia, a partir dos anos 80.

**Preservação** – Ela esclareceu que as áreas consideradas relevantes para a proteção da biodiversidade ocupadas por populações tradicionais que utilizam os recursos naturais de forma sustentá-

**B**ANCO  
MUNDIAL E  
ONG VÃO  
DAR APOIO

vel serão asseguradas para uso dessas populações. Teoricamente, 28% da Amazônia é reservado para o uso prioritário das populações indígenas e outros 3% estão designados como reserva ambiental. Mas a falta de regras claras e de mecanismos que garantam sua aplicação tornam essas áreas vulneráveis.

O presidente do GEF, Mohamed El-Ashry, acrescentou que os interesses das comunidades locais serão levados em conta na execução do Arpa. “Nós reconhecemos que as populações indígenas que vivem nessas áreas são as mais capacitadas a administrá-las”, disse ele. A participação do GEF, que contribuirá com a maior parcela proporcional dos recursos, está prevista para os próximos quatro anos.